



Apresentação

Não há dúvidas de que o caminho da descolonização é a eclosão do múltiplo em suas emergências de autorias, saberes, estratégias de luta. Ao revelar as fissuras nos mecanismos cristalizados de dominação, da invenção do outro subalterno, são acionadas reapropriações heterogêneas dos legados coloniais. Os movimentos de resistência reterritorializam a memória em disputa, desvendam a relação intrínseca entre memória e território e proporcionam leituras não hegemônicas das histórias e imaginários coloniais; recompõem trajetórias e reconfiguram nas narrativas e ritualidades as relações entre pessoas, corpos e com a alteridade.

Na contramão das escrituras excludentes, das tecnologias de dominação e silenciamento da colonialidade do poder-saber maniqueísta, a reinserção e emergência da diferença nos e dos registros, nas etnogêneses, possibilitando o protagonismo indígena e a emergência de outros regimes de conhecimento, estimulada pela luta pelos reconhecimento dos direitos culturais e fundiários e pelos exercícios praticados nos estudos pós e decoloniais embaralham, invertem e reverterem os caminho do pensamento único.

Protagonistas destes múltiplos movimentos e estratégias de resistência, sujeitos de saberes e práticas localizadas, fronteiriças, outrora ocultas tornam possível se familiarizar com dinâmicas intersticiais, de rupturas e desconstrução das memórias oficiais, das oposições estáticas e descontextualizadas que percorrem as narrativas coloniais e nacionalistas. As trágicas investidas colonizadoras exigiram deflagrar estratégias de resistência ativa aos invasores; para os povos ameríndios, a abertura para o outro e não sua negação e aniquilação em favor do mesmo, configurou, desde os tempos coloniais, um recurso potente para domesticar o inimigo-invasor transformando-o em aliado valioso cuja dádiva para com os coletivos ameríndios nunca terá fim.

As contribuições proporcionadas pelos textos que compõem este dossiê, que apresenta 7 produções entre entrevista e artigos, precipitam diferentes cenários interétnicos ensaiando caminhos investigativos que provocam e são provocados por interlocuções outras.

A entrevista **“Cosmopolítica e Plantas Mágicas em Pesquisas com Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro: uma conversa com Clarice Novaes da Mota”** abre o dossiê, apresentando um dos primeiros trabalhos antropológicos com os Povos Indígenas do Nordeste. Ao ser entrevistada por Paulo de Tássio Borges da Silva, o diálogo vai seguindo uma reflexão que se delinea nas categorias: Cosmopolítica, Plantas Mágicas, Etnogênese, entre outras, onde a antropóloga sedimentou o seu trabalho.

Ao delimitar como campo de ação a produção textual sobre o território de glorificação do projeto colonial no Brasil, a desconstrução do discurso dominante envolve tratar a escrita tanto como tecnologia de controle político-administrativo para o monopólio da interpretação do passado, como afirma Francisco Cancela em uma **“Relação circunstanciada... de Porto Seguro’: memória e história dos índios em um manuscrito colonial”**, quanto como trama onde se revelam pistas traiçoeiras das estratégias de invisibilização e negação do protagonismo dos povos indígenas. Estes, resistindo aos tempos, reverterem o caminho da memória que se recompõe como território ancestral reivindicado nas retomadas protagonizadas pelos Pataxó, descritas no artigo **“As etnogêneses, os índios do Nordeste e a territorialidade dos povos Jê dos Sertões do Leste: o caso Pataxó do Extremo Sul da Bahia”** de autoria de Tamires Santos Pereira.

A escrita perpetua uma memória seletiva do passado que, sob o controle colonial, oculta os bastidores do cenário glorioso, perpassado pelo “embate entre as políticas indigenistas militarizadas e as políticas indígenas dos diferentes povos em contato com a sociedade colonial”, como coloca Francisco Cancela em seu texto, aos quais é destinado o lugar do passado na memória do território e inexistente no presente. Revisitar, de uma perspectiva crítica, textos outros de registro da memória da colônia contribui para desvendar o que foge ao controle da escrita e dos rumos da política indigenista indicando a continuidade da presença atuante dos indígenas.

Na montagem colonial, as ausências - presenças da imagem dos povos originários moldadas pela colaboração no edifício colonial e pela resistência dos índios dos sertões, legitimam a invasão de seus territórios transfigurados em terras devolutas. A conveniente reprodução do binômio tupi-tapuia, separando índios aliados e inimigos, descontextualiza a atuação dos povos indígenas na sociedade colonial, e busca silenciar memórias. Entre narrativas e imagens, a **“Relação circunstanciada... de Porto Seguro”** revela assim a disputa de uma memória sobre a presença e participação dos povos indígenas na história da região, revelando estratégias de dominação e outras leituras de textos coloniais, coexistindo aspectos da política indigenista

vigente, do governo e administração das povoações indígenas e da experiência vivida pelos próprios índios. A importância das pistas fornecidas pelo documento ao produzir a memória da fundação das vilas para uma releitura da história atual do Extremo Sul da Bahia, emerge tanto para a reescrita da presença indígena, como para a reflexão sobre a memória da formação da própria sociedade brasileira, destacando uma visão dicotômica da participação dos povos indígenas entre silenciamento no presente e protagonismo no passado.

As lutas pela memória do território e pelo território da memória envolvem relações contra hegemônicas entre imagens, escrita e oralidade, tensionando de forma crítica estas e outras polaridades que alimentam o imaginário colonizador. Uma outra modalidade de releitura do território glorioso da colonização apresentado no texto anterior, é o caminho da memória que emerge nas lutas de retomadas do território do Povo Pataxó, nas práticas da territorialidade indígena. Retomar a discussão sobre as antinomias/ oposições construídas no imaginário colonial sob os povos Tupi da costa e os povos Macro-Jê dos “Sertões do Leste” implica, no texto de Tamires Santos Pereira cair na armadilha das imagens ambíguas e negativas dos indígenas que circulam como armas discursivas de combate e dominação colonial. O binômio produzido a partir dos interesses e do lugar ocupado no projeto colonizador, reitera a imagem do índio do passado, índio morto e do índio vivo a ser morto pelo extermínio e a escravidão. Conforme a autora, “[...] o que os Guarani são para a nacionalidade, os Botocudo são para a ciência”. No caminho do desmonte crítico das imagens antagônicas e estáticas do imaginário colonial, outras relações entre diferentes grupos e povos emergem da memória das territorialidades indígenas enquanto práticas de mobilidade, produzindo composições étnicas denominadas na atualidade de índios do Nordeste.

Na contramão das políticas de extermínio, da glorificação dos índios mortos, puros e estáticos, o aumento da população e da visibilidade política nos processos de etnogênese contribuem para a compreensão das dinâmicas territoriais dos Pataxó que, na oralidade dos cantos, relembram a mobilidade pelos deslocamentos de famílias entre o interior e a costa. As investidas neocoloniais dos projetos de desenvolvimento têm ameaçado sobremaneira os modos de vida e a permanência dos Pataxó em seu território tradicional, atingindo a região configurada como refúgio de muitos grupos afastados do processo de expansão da sociedade nacional.

Alinhada com a perspectiva da antropologia histórica, Tamires Santos Pereira investe na análise contextualizada dos processos de territorialização que reestruturam formas culturais locais e no movimento de reorganização dos povos do Nordeste que, nos processos de etnogênese como ressurgimento de grupos étnicos demandando reconhecimento de seus direitos, colocam

em foco a relação com o Estado-nação em termos de conflitos fundiários. A autora se referencia em categorias analíticas como territorialidade e território, e metodológicas como a cosmografia em sua pluralidade de expressões, colocando em pauta a questão de como a “imensa diversidade sociocultural é acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária” (PEREIRA, 2018). A capacidade dos movimentos sociais e, em particular étnicos, de revisão crítica de categorias de análise, emerge ao centrar a atenção sobre a terra, noção naturalizada e esvaziada de vida, como “vazio demográfico” a espera de empreendimentos mercantilistas, que precisa recuperar sua dimensão de imprevisibilidade criativa. Devolver vida ao território Pataxó, em sua territorialidade, significa investir nos elementos que criaram e registraram histórias e tem inscritas muitas memórias. Assim como no texto de Francisco Cancela, nestas regiões de povoamento antigo, a investida colonial para se apoderar das terras se perpetua no Estado-nação como forma hegemônica e soberana de controle territorial. Se a existência de outros territórios representa um desafio para a ideologia territorial do Estado, o nacionalismo assim como o colonialismo, precisam impor a narrativa oficial, produzindo esquecimentos, ocultando e apagando a multiplicidade das memórias outras.

A vertente desenvolvimentista baseada nas noções de controle e planejamento estatal constituída pelo preservacionismo ambiental se utiliza da mesma lógica de apagamento das memórias outras, transformando em áreas “naturais” e terras públicas, territórios habitados e reivindicados por comunidades tradicionais; produzindo novas categorias excludentes como “populações residentes” e desencadeando conflitos para sobreposições de áreas de Conservação. As retomadas territoriais tratadas como invasões e ocupações irregulares reiteram, com as devidas diferenças, numa interpretação modernizante da lógica colonial, as “guerras justas” criminalizando as mobilizações indígenas em defesa de sua presença história na região. O cenário das disputas pelos territórios e pelas memórias envolve, no contexto atual, o campo dos direitos, das garantias constitucionais reivindicadas nas retomadas do povo Pataxó, através dos mecanismos de articulação e organização entre os grupos, de autonomia da gestão territorial e recomposição do território tradicional.

As contribuições dos textos do dossiê se estendem ao cenário da região amazônica, onde questões anteriormente expostas se interseccionam e impregnam de espessuras localizadas. O artigo de Luiz Augusto Sousa Nascimento, **“Da maloca ao assentamento: territorialidades e trajetórias dos Migueleno no contexto da sobreposição da Rebio Guaporé”** reconstrói a trajetória do povo indígena Migueleno tido como extinto pelo SPI, na implementação da política indigenista rondoniana tutelar e integracionista, gerida no Posto Indígena “Treze de Maio” às

margens do Rio São Miguel no estado de Rondônia. Com a perda relativa da autonomia da ocupação tradicional, o controle territorial dos Migueleno passou para os colonos com os quais parte dos indígenas foram conviver enquanto outros habitavam a região à margem esquerda do rio São Miguel. Privilegiando a memória oral dos indígenas, o autor recompõe as sucessivas etapas da expropriação territorial dos Migueleno por parte do Estado até a transformação de parte do território de ocupação tradicional em Reserva Biológica, deflagrando a dispersão dos indígenas pela remoção forçada e migração para as periferias das cidades. Nas últimas décadas, a mobilização dos Migueleno reivindicando o reconhecimento étnico do grupo e do território de ocupação tradicional em boa parte sobreposto a Reserva Biológica do Guaporé, potencializa os conflitos fundiários entre indígenas, fazendeiros e órgãos do poder executivo federal na região do baixo São Miguel.

Ao abordar os registros escritos, o autor destaca sua congruência com o processo de ocupação e colonização da região relatado oralmente pelos indígenas, sendo a região sistematicamente marcada por tensões e conflitos entre seringueiros e *Pawumwa* [Migueleno] atingidos por baixa populacional, causada por doenças contagiosas e perda de autonomia e domínio territorial pela expansão colonial na região.

Além do reconhecimento étnico, a mobilização dos Migueleno, como no caso dos Pataxó, reivindicando o direito ao território tradicionalmente em sobreposição com Unidade de Conservação, deflagra estratégias políticas de reorganização do povo indígena, reunindo grupos dispersos, acionando afirmações identitárias diacríticas e retomadas de saberes e práticas culturais específicas. A formação política articulada com a insurgência étnica e a reivindicação territorial colabora para implementação de novas estratégias nas relações interétnicas ao mesmo tempo em que se potencializa a resistência interna no fortalecimento do controle político dos chefes de famílias extensas. Conforme o autor, “No campo intersocietário os eventos da política moderna são convertidos nos parâmetros da política étnica local, a “etno-política” (NASCIMENTO, 2018). Alinhado com o texto anterior, as categorias analíticas de território e territorialidade são centrais para compreensão do contexto, ganhando o artigo sua peculiaridade na eleição das falas dos Migueleno, possibilitada pela interlocução do autor na pesquisa etnografia, traduzindo em seus próprios termos os princípios que regem a ocupação tradicional de seu território e os valores da vida pregressa e presente do povo indígena frente ao Estado. As emergências de relatos de múltiplas autorias sobre o processo de ocupação colonial da região expressam experiências históricas particulares, e representam versões distintas sobre o passado local, por outro lado reiteram as possibilidades de convergência com a história de ocupação e exploração da região e

sobre a trajetória e territorialidade dos Migueleno.

O empoderamento indígena proporcionado pela política étnica e pela participação no movimento indígena, também se torna possível através de outras experiências, compondo trajetórias territorializadas da memória em diálogo com os textos anteriores. Evilania Bento da Cunha, autora do artigo **“A memória do Itarendá ressignificando novas territorialidades”** mostra como a educação escolar indígena, ao proporcionar ocasiões de produção de ressignificações do presente pode despertar imagens-lugares da memória, potencializando a história pessoal e coletiva de um grupo indígena reterritorializado, a luta para o reconhecimento e reivindicação territorial, e estimular novas propostas de investigação. Os topônimos dados aos novos lugares pelos estudantes Ka’apor revelam emoções e lembranças da antiga aldeia Itarendá onde moraram, sendo o movimento migratório ou deslocamento um recurso estratégico do grupo, objetivando proteger o território e a mata da invasão dos fazendeiros e madeireiros. Como registro da memória, desenhos do mapa mental inscrevem um saber construído na observação e seletivo nas imagens da memória. “Se passa da palavra dirigida à palavra atribuída/emprestada aos artefatos” (CUNHA, 2018) como presença na memória e ausência material.

A noção de territorialidade que atravessa os textos que compõem o dossiê, mostra aqui sua relevância analítica enquanto construção situada, o que também referencia a apreensão de noções básicas nos processos de reconhecimento, reprodução do território e orientação espaço-temporal. Os relatos produzidos pelos estudantes *Ka’apor* sobre eventos que desencadeiam transformações culturais e territoriais remetem às experiências vividas cujos registros da memória, junto aos mapas mentais, se estendem às fotografias que codificam e armazenam as imagens capturadas do fazer-saber do povo no tempo-espaço. A relação entre memória e território é tratada como intrínseca, a memória coletiva resguardando o território o produz; por outro lado, as relações territoriais interferem na memória, reconstruindo-a e remodelando-a no contexto de relações de poder estabelecidas no processo de apropriação espacial.

A autora investe no potencial que emerge da atividade desenvolvida na escola indígena com os estudantes Ka’apor como possibilidade de afetar a produção científica, interrompendo a captura do sensível pela abordagem racionalista, e construindo outras pesquisas orientadas pela linguagem simbólica. O diálogo entre a pesquisadora e os Ka’apor, pelo caminho do imaginário na produção da realidade etnográfica, exige descolonizar a lógica dos contrários procurando a complementaridade da imagem impalpável e do real. A memória do Itarendá se consolida no imaginário coletivo, alimenta o estado de espírito do grupo e se constitui como força em ação para ocupação, reconhecimento e reivindicação territorial, lutando por uma terra farta e sem

invasores. Nesta direção o projeto de educação Ka'apor empodera os jovens estudantes e desafia e embaralha, através do mergulho nas imagens da memória, a linearidade e coerência do pensamento científico.

Na perspectiva do imaginário o recorte territorial na região amazônica se configura como investida descolonizadora proporcionada pela eclosão de versões e leituras outras das narrativas míticas e pela circulação ritualizada das pessoas, dos corpos e da domesticação da alteridade.

No texto intitulado **“Desobediência epistêmica e (des) colonização do imaginário no “Mito da capela de ouro”** os autores Raimundo Nonato de Pádua Câncio, Sônia Maria da Silva Araújo e Witembergue Gomes Zaparoli desvendam as fragilidades das narrativas de colonização do imaginário das populações nativas, através da eclosão das múltiplas e reversas interpretações. A análise crítica das fontes se concentra nos diários de viagens de um missionário publicados no século XX a partir das quais emerge o “Mito da Capela de Ouro”, uma narrativa de tradição oral recorrente na região do Médio Amazonas Paraense, como recurso de formação ideológica colonial pautada na oposição entre mundos sobrenaturais cristão e das populações locais. Ao investir nas contribuições da perspectiva dos estudos pós-coloniais e do pensamento decolonial, os autores apostam na reinserção da diferença colonial na ordem da representação, possibilitando a emergência de racionalidades outras como formas de resistências ao colonialismo.

A análise situada da narrativa mítica evidencia o contexto histórico e político-social de produção, marcado pelo silenciamento de experiências e saberes outros, desvendando as ambiguidades sociais nas práticas que deram origem ao mito em questão. É no âmbito da geopolítica do conhecimento que os autores transitam para desvendar as armadilhas da epistemologia moderna, apostando em sistemas de conhecimentos que emergem das histórias fronteiriças, onde saberes múltiplos e localizados dos povos subjugados resistem à invenção do outro subalterno como parte constitutiva da experiência histórica. O exercício de desconstrução do paradigma da modernidade atinge outras dicotomias, como a entre mito e história e entre ciência e pensamento mítico, onde se enxerta o maniqueísmo da representação maléfica do colonizado, carente na perspectiva iluminista levistraussiana. Ao colocar em foco o “Mito da Capela de Ouro”, emerge a intertextualidade da narração da fundação do município, concomitante com as viagens do missionário e seu encontro com a capela de ouro.

Os autores levantam várias hipóteses sobre a narrativa mítica que se desdobram e tensionam ao longo do texto. De primeira, emerge a face desconhecida da história oficial no intuito das missões de exercerem o controle colonial territorial para explorar as riquezas da região, constituindo uma ameaça concreta e de longa duração à soberania e à integridade

territorial dos povos e modos de vida locais. A narrativa mítica, como solução de contradições entre os valores religiosos e a cobiça humana do missionário, teria um significado moral prescritivo. Entretanto, do ponto de vista dos povos nativos, o sentido da narrativa estaria na devolução da acusação de endemoniados ao padre pela incompatibilidade entre pregação e ambição. Todas as versões orais do mito que circulam na região terminam, todavia, da mesma forma, convergindo sobre a morte do padre acompanhada por um silêncio profundo, como uma interdição a macular a história da igreja e a devoção religiosa ao padre.

É transitando em simbolismos entre entorpecimento e o aviso, entre o fracasso silenciado e profecias. Investindo na trama simbólica do mito, que os autores buscam desvendar distorções coloniais e recuperar a força da resistência cultural dos colonizados, sendo desta forma, que o “Mito da Capela de Ouro” passa a representar um cenário colonial de uma narrativa coletiva que emerge de ideologias em disputa na colonização do imaginário regional. Esta leitura que converge novamente para a análise das relações entre mito com a história, coloca em foco os saberes cristãos protegidos e ameaçados pelos conhecimentos pagãos, deixando pistas para possíveis situações coloniais de convivência entre múltiplas representações do mundo dos espíritos, exorcizadas pelas práticas de controle político e ideológico da colônia. A existência do “Mito da Capela de Ouro” remete, portanto a condições intersticiais de produção, de embate cultural, e sua recorrência a possibilidades de descolonização do imaginário. Se a função do mito na perspectiva maniqueísta seria silenciar o confronto entre missionários e colonizados, o mesmo mito na interpretação dos povos nativos se configura como crítica ao esvaziamento dos valores pela ganância, e como uma resistência ativa na luta contra a divinização do poder e do saber, num ato de desobediência epistêmica e (des) colonização do imaginário mítico ocidental.

A relação entre mito e história tensionada pela relação com o outro percorre o relato etnográfico de autoria de Luiz Augusto Sousa Nascimento em seu segundo artigo do dossiê, intitulado **“Ritual de nomeação de estrangeiros em sociedades Jê-Timbira: endonimismo, “preensão” e multiplicadores nas relações sociais”**. Na condição de neófito, o ator mergulha na experiência ritual entre os povos indígenas do tronco linguístico Jê, analisando o processo a partir da noção perspectivista de preensão no contexto das relações intersocietárias. Os grupos Jê, em particular o povo Timbira, norteiam sua reprodução sociocultural através dos rituais, conforme um calendário cíclico, com destaque para os rituais de nomeação, “transmissão” e “aquisição” de nomes. O relato etnográfico coloca em foco o ritual de nomeação de estrangeiros, como reelaboração sociocsmológica da “Forma Timbira” de relação com o outro na busca de aliados. O mito que fundamenta a elaboração processual do rito considera a cultura dos ditos civilizados

como superior à dos Timbira, em função de uma escolha equivocada de objetos culturais atribuídos aos índios.

Para entendimento do processo ritual o autor se remete à narrativa mítica e à trajetória histórica de contato dos grupos Jê do Norte, atingidos por frentes expansionistas apoiadas pelo poder oficial, durante as quais os *köpê* (o outro, estrangeiro, *outsider*) considerados inimigos preeminentes tornaram-se fundamentais para os novos arranjos políticos e cerimoniais. Os recursos materiais e simbólicos provenientes do outro se tornaram necessários para dinamizar o sistema social. Na perspectiva de “preensão”, a abertura para o outro como incorporação do exterior internaliza as diferenças, assentando-se na sua sociocosmologia e afirmando uma superioridade *intra-étnica* frente aos outros grupos indígenas (NASCIMENTO, 2018).

Os significados e efeitos do ritual de nomeação do *outsider* remetem à importância dos nomes que, como os bens herdados, são mantidos no interior do grupo, como propriedade e identidade incorporadas, designando relações sociais particulares que vão além das relações de parentesco. De forma sincrônica o autor avança na descrição detalhada do ritual, desde os preparativos que ocorrem a partir da confiança experimentada com o *köpê*, classificado em pares de grupos opostos, conforme a estrutura social dual dos Timbira, sendo a oposição entre distantes e próximos privilegiada. Os Timbira escolhem os *köpê* distantes para dar nome, apostando no retorno que poderão ter na recepção em seu mundo, na cidade, em casa, pelos presentes e alianças. A nomeação do estrangeiro, dependendo do prestígio adquirido, implica em um conjunto de compromissos intensos e deveres com as pessoas da aldeia. Uma série de prerrogativas para as pessoas nomeadas decorre do pertencimento a uma das metades que estruturam a organização social timbira e que fazem parte de uma série de oposições sem afetar, todavia, sua participação no processo ritual. A oposição, portanto, é inclusiva e não excludente.

As ações que compõem o rito de nomeação como rito de passagem objetivam introduzir o outro numa vasta rede de relações sociais que estruturam o modo de vida indígena e ao mesmo tempo manter o equilíbrio social que comporta as obrigações e dívidas. O encerramento do ritual celebra a dádiva que produz as múltiplas relações de aliança, e o *outsider* passa a conviver com seus direitos e deveres como parente no universo Timbira.

A segunda parte do artigo trata da comparação entre processos sociais envolvidos no ritual de nomeação entre Timbira e *Membengokré-Xikrin*, também sociedades Jê do Norte, onde os processos de fabricação de pessoas e nomes são centrais, completando-se e recomeçando com a participação de estrangeiros. Na transmissão e troca de nomes entre os Timbira, nominadores e nominados são as mesmas pessoas no campo cerimonial, e seus corpos são diferentes, sendo

fundamental para definição de papéis políticos e cerimoniais. Entre os *Membengokré-Xikrin* que privilegiam o xamanismo como recurso e meio de aquisição de nomes, apenas parte daquilo que constitui sua persona social será compartilhada, os nomes são distribuídos por uma multiplicidade de nominados, não sendo associados a prerrogativas.

O ritual de nomeação de estrangeiro como processo de aprendizagem não atua somente para incorporar o estrangeiro no seio da sociedade, redefinindo vínculos entre pessoa e o grupo, mas transforma antigos inimigos em amigos “próximos” e amigos formais potenciais. As relações compulsórias de exploração e expropriação perpetuadas pelos colonizadores exigiram deflagrar formas de resistência ativa, domesticar o outro, reinventando e procurando tornar coletivamente valiosa a relação, e solucionando, em seus próprios termos, aquilo que no mito, como estratégia cosmopolítica, parecia um equívoco.

O presente número também apresenta dois artigos e cinco relatos de experiências que possuem relação com o dossiê. O primeiro artigo **“Ritualística Tabajara: o Toré como meio de avivamento étnico”** é de Tiago Alves Callou e Miguel Ângelo Silva de Melo e o segundo **“Educação, Estudos Pós-Coloniais e Decolonialidade: diálogos com a Lei 11.645/2008”** é de Cledinéia Carvalho Santos. Os relatos de experiências partilhados são: **“Os Troncos Velhos dos Pataxó de Cumuruxatiba em Palavras”** de Jandaia Pataxó (Cristiane Maria de Oliveira) e Paulo de Tássio Borges da Silva, **“Retomada, Luta e Resistência na Construção da Aldeia Agricultura no Território Indígena de Coroa Vermelha”** de Maria Hilda Santana dos Santos Pataxó, **“Nos Processos Formativos da Cibercultura, o Encontro com as Matemáticas dos Povos Tradicionais”** de Inara Borges da Silva José, **“Escrevivências de uma Professora Afroindígena”** de Noélia da Silva Miranda de Araújo e o texto **“Traçados e letramentos : relatos de um projeto de Pesquisa e Prática Pedagógica na Escola Tupinikim da Aldeia Comboios- Aracruz/ES”** das professoras Tupinikim: Aline F. R. Elisiário Tupinikim, Edinalva F. Rodrigues Tupinikim, Joselda C. Passos Tupinikim, Larissa D. Florêncio Tupinikim e Luzia F. Rodrigues Tupinikim.

Convidando a leitura dos textos, sintam-se acolhidos e preparados para as dádivas.

Celeste Ciccarone – UFES

Paulo de Tássio Borges da Silva – Proped/UERJ

Witembergue Gomes Zaparoli – UFMA

(Organizadores)

Celeste Ciccarone: Graduada em Psicologia pela Università degli Studi di Padova- Itália (1976), Mestrado (1993) e Doutorado (2001) em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e Pós-doutorado em Ciências para a Paz pela Universidade de Pisa-Itália (2006). Docente de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo e dos Programas de Mestrado em Ciências Sociais e Geografia da mesma universidade. Desenvolve pesquisas no campo da Etnologia Indígena, com interesse nos seguintes temas: xamanismo, mulheres, regimes de conhecimento, narrativas e dinâmicas territoriais, educação indígena. Realizou laudos antropológicos para a regularização de terras indígenas guarani e coordenou atividades para regularização dos territórios quilombolas no Espírito Santo. Realizou pesquisas sobre dinâmicas territoriais e conflitos socioambientais em contexto urbano envolvendo populações tradicionais, e sobre remoção forçada e aprisionamento de grupos indígenas durante o Regime Militar no Brasil. Atualmente coordena o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena Tupinikim e Guarani - Prolind /UFES e o Projeto Ação Saberes Indígenas na Escola- Núcleo UFES.

Paulo de Tássio Borges da Silva: Graduado em Pedagogia: Docência e Gestão dos Processos Educativos pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB, Especialização em Educação Infantil pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Atualmente cursa o Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - ProPED/UERJ e o mestrado em Linguística e Línguas Indígenas no Museu Nacional - UFRJ. Compõe o grupo de pesquisa Currículo, Cultura e Diferença da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ e o grupo Territórios Étnicos da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. É professor na Faculdade de Educação da UERJ e professor convidado na Licenciatura Intercultural Indígena - Prolind/UFES, tendo experiência docente nas áreas de Pedagogia e Licenciaturas, bem como na formação inicial e continuada de professores(as) indígenas, especificamente nas disciplinas: Currículo, Didática, Estágio Supervisionado, Conhecimento e Interculturalidade, Pesquisa e Prática Pedagógica.

Witembergue Gomes Zaparoli: Graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (2003) e em Pedagogia pela Universidade de Uberaba - UNIUBE (2015). Especialista em Didática Univeristária (2004) e Ciências Sociais (2005). Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Pará - UEPA (2010), na linha de pesquisa: Saberes Culturais e Imaginários da Amazônia. Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino e Formação de Professores de Línguas e de Literaturas da Universidade Federal do Tocantins - UFT/ARAGUAÍNA, na linha de pesquisa: Linguagem, educação e diversidade cultural. Membro da Associação Brasileira de História Oral - ABHO. Foi Presidente do Centro de Defesa da vida e dos Direitos Humanos de Açailândia - Maranhão - CDVDH, no biênio 2010 - 2011. Foi Professor da Universidade Federal do Tocantins, Campus Tocantinópolis, Curso de Educação do Campo. Atualmente, é Professor da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Campus Imperatriz, Curso de Pedagogia. Líder do Grupo de Pesquisa em Diálogos Interculturais e Práticas Educativas - DIPE.

DOI: 10.22481/odeere.v3i5.4139